

“O futuro da mobilidade é mesmo coletivo”, reforça Matos Fernandes

4 de Novembro, 2020

“2019 foi um ano excepcional” no que ao setor dos transportes públicos diz respeito: “mais 12% de passageiros, só nas empresas públicas” e “mais 35% de passes vendidos, muito particularmente nas Áreas Metropolitanas do Porto e Lisboa”. Este foi o ponto de partida para o **ministro do Ambiente e da Ação Climática, João Pedro Matos Fernandes**, evidenciar o esforço de anos: “Recuperámos na procura de passageiros aquilo que achávamos que não íamos conseguir fazer numa legislatura”.

O responsável que falava na cerimónia relativa ao reforço da oferta de transporte público nas Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa, que se realizou esta quarta-feira, lembrou que, no início da pandemia, ao contrário de muitas atividades económicas que foram obrigadas a encerrar, “aos transportes coletivos foi-lhes exigido, exatamente, o contrário”, nunca terem deixado de operar. E mesmo com quebras de procura na ordem dos 80%, o ministro do Ambiente, sublinha que nunca houve redução de horários: “Às 6h ou à meia-noite essa redução de procura nunca foi superior aos 30%. Eram as pessoas que iam trabalhar e que fizeram um serviço fundamental e essencial para que a pandemia não tivesse uma dimensão ainda maior”. E é precisamente pelo facto destes meios de mobilidade nunca terem falhado que Matos Fernandes não tem dúvidas de que as “empresas de transportes e todos os trabalhadores” foram essenciais na “manutenção destes serviços básicos”.

Relativamente à oferta, o ministro do Ambiente dá nota que, desde setembro, está tudo regular: “O sistema está mesmo a fazer a oferta no seu nível máximo e com os meios que ainda temos, sabendo que os vamos reforçar e que temos uma grande plano e obras já em curso na extensão, por exemplo, do metro de Lisboa e do Porto”.

Sobre à perceção que possa existir, acerca da segurança de se usar os meios de transportes coletivos em tempos de pandemia, Matos Fernandes quis lembrar que, desde o primeiro dia, foram definidas regras de utilização de transporte público: “Foi o único sítio que foi obrigatório o uso de máscaras”. E, mais uma vez, o responsável felicita todas as empresas de transporte público que fizeram um “trabalho excepcional” no que à “desinfeção” e “limpeza” diz respeito, para “reduzir o risco de contágio” do vírus. Além do mais, constata o ministro, “não há nenhum caso conhecido de transmissão do vírus através do transporte coletivo”. Nesta matérias, não restam dúvidas de que é fundamental, “convencer as pessoas” da segurança na oferta de transportes públicos: “O futuro não se pode perder aqui. O futuro da mobilidade é mesmo coletivo, o futuro da mobilidade é mesmo suave, o futuro da mobilidade é mesmo elétrico”. E, sendo Portugal um “exemplo” no que a redução de emissões diz respeito, e que “sabe que tem nos transportes uma das áreas mais desafiantes para a redução” dessas mesmas emissões, Matos Fernandes declara que se trata de um setor que “nunca podem deixar se ser apoiado”.

Em notas finais, o responsável quis reforçar a mensagem de que utilizar os transportes públicos é seguro, desde que se cumpram as regras, alertando para que “nunca se perca” aquele que é o desejo dos “poderes públicos” e do “cidadão comum” de “rever os seus padrões de mobilidade”.

O Ministério do Ambiente e da Ação Climática dotará as duas Áreas Metropolitanas de uma verba de 1,5 milhões de euros para reforçar a oferta de transportes públicos urbanos nos casos pontuais próximos da lotação máxima permitida (2/3), principalmente nos períodos de ponta da manhã e da tarde. Serão contratualizados operadores de transporte coletivo rodoviário com atividade reduzida (serviço ocasional/ turismo), cujos meios podem ser mobilizados para este reforço.